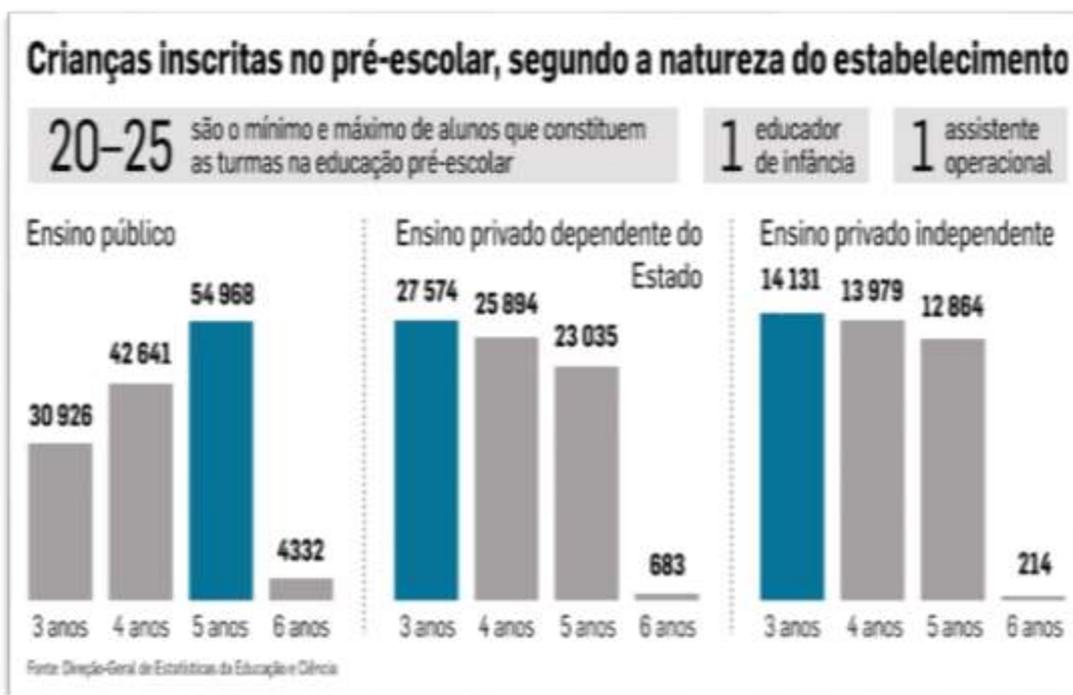


INFORMAÇÕES DA CNIS



C.C.T. entre a CNIS e a FNSTFPS

Foi publicada no D.R., I Série, nº 73, de 14.4.2016, a Portaria nº 87/2016, de 14 de Abril, que determina a extensão das condições de trabalho constantes do C.C.T. entre a CNIS e a FNSTFPS, publicado no B.T.E., nº 31, de 22 de Agosto de 2015, às relações de trabalho entre I.P.S.S. não filiadas na CNIS e trabalhadores ao seu serviço; e igualmente às relações de trabalho entre I.P.S.S. filiadas na CNIS e trabalhadores ao seu serviço não filiados nos sindicatos que integram aquela Federação Sindical.

Ficam, no entanto, excluídos do âmbito da Portaria de Extensão as Misericórdias não filiadas na CNIS e os trabalhadores filiados no SEP – Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, bem como os trabalhadores filiados nos sindicatos representados pela FENPROF – Federação Nacional dos Professores, ou pela FESAHT – Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, associações sindicais estas que deduziram oposição à emissão de portaria de extensão.

A referida Portaria entrará em vigor no dia 19 de Abril de 2016 e as tabelas salariais e as prestações de conteúdo pecuniário produzem efeitos a partir de 1 de Abril de 2016, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2012, publicada no D.R., 1ª Série, nº 211, de 31 de Outubro.

O texto da Portaria foi igualmente publicado no B.T.E., nº 14, de 15 de Abril de 2016 (<http://bte.gep.msess.gov.pt/>)

Lei nº 144/2015
Resolução
Alternativa de
Litígios

Aplicabilidade aos contratos de prestação de serviço com os utentes

Algumas IPSS associadas têm feito chegar ao conhecimento da CNIS a existência de recomendações formuladas por elementos da ASAE, no sentido de as mesmas IPSS deverem cumprir o estipulado no artº 18º da Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, designadamente no que concerne ao dever de informar os seus utentes sobre a possibilidade de recurso, por parte desses mesmos utentes, a entidades de Resolução Alternativa de Litígios - RAL, no que respeita ao desenvolvimento dos contratos de prestação de serviços celebrados entre as IPSS e os seus referidos utentes, com vista à frequência das respostas sociais das Instituições.

Subsistem dúvidas, no que à CNIS respeita, quanto à vinculação das IPSS ao referido dever.

Com efeito, o entendimento preliminar da CNIS é o de que os contratos de prestação de serviços celebrados entre as Instituições e os seus utentes, no que respeita às respostas sociais em que a celebração de tais contratos constitui uma obrigação legal, se devem considerar abrangidos pela excepção constante do artº 2º, 2., a), da referida Lei nº 144/2015, na medida em que os serviços prestados pelas Instituições constituem "**serviços de interesse geral**", não devendo a participação paga pelos utentes, em função dos seus rendimentos, ser qualificada como "**remuneratória**".

Trata-se, na verdade, mais de uma taxa do que de um preço, que não pretende corresponder ao valor do serviço prestado; sendo, pelo contrário, um valor fixado segundo critérios administrativos e variável consoante o nível de rendimentos do utente ou da sua família.

Do mesmo modo, também é parecer da CNIS que o disposto na alínea e) do mesmo artº 2º da Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, pode ser interpretado no sentido de excluir do âmbito de aplicação desse diploma as IPSS titulares de estabelecimentos onde são prestados serviços titulados por contratos celebrados com os respectivos utentes, na medida em que existe uma entidade reguladora sectorialmente competente para avaliar o cumprimento das disposições legais enquadradoras da prestação de serviços das IPSS, e competente ainda para apreciar as reclamações apresentadas pelos utentes, relativamente ao cumprimento de tais contratos pelas Instituições.

Trata-se do I.S.S.

Tendo em consideração o exposto, a CNIS solicitou à ASAE o esclarecimento das dúvidas referidas, no que respeita à aplicabilidade do artº 18º da Lei nº 144/2015 aos contratos de prestação de serviços com utentes celebrados pelas IPSS, esclarecimento de que se dará oportunamente conta às Instituições associadas.

No entanto, até tal entendimento vir a ser definido, sugere-se a publicitação da referida informação no sítio electrónico da Instituição, e a sua eventual inclusão nos novos contratos de prestação de serviços, celebrados a partir de 23 de Março de 2016, nos termos do artº 24º, 4 do Decreto-Lei em questão, já que tal simples menção se não traduzirá num ónus significativo.

2ª fase
Estudo
Respostas
Sociais

Já se encontra disponível o formulário relativo à segunda fase do estudo dos Custos Técnicos das Respostas Sociais, promovido pela CNIS.

O seu preenchimento poderá ser realizado mediante acesso ao link <https://www.economiasocial.pt/estudos> e, após efetivação do login, consequente seleção da opção "Introdução de Dados".

As instituições que ainda não remeteram a manifestação de interesse poderão fazê-lo a todo o momento e, caso assim o entendam, preencher se-quentialmente os dois formulários

LEGISLAÇÃO



Nomeação Presidente da CNPDPCJ

Designa Armando Acácio Gomes Leandro como Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

DESPACHO N.º 5350/2016 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 77/2016, SÉRIE II DE 2016-04-2074216582
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro

CANDIDATURAS

3.ª Edição Academia ES (Évora) - CANDIDATURAS ABERTAS



Estão abertas as candidaturas para a 3ª edição da Academia ES, que se vai realizar em Évora, entre os dias 29 de maio e 5 de junho de 2016.

Para mais informações consulta o [programa](#)
Para te inscreveres acede ao [formulário de candidatura](#)
Prazo limite de candidaturas: 11 de maio

EDP Solidária - Inclusão Social 2016

Datas de candidatura: 2 a 15 de maio de 2016

Programa de investimento em projetos que têm como objetivo atenuar situações sociais reconhecidamente relevantes, em particular intervenções que promovem a inclusão social e o empreendedorismo social, e que se revelem sustentáveis.

Os projetos deverão estar diretamente relacionados com situações claras de inclusão social de pessoas comprovadamente carenciadas ou excluídas.

O programa tem como potenciais candidatos entidades nacionais legalmente constituídas e registadas e entidades agrupadas num projeto comum, que não tenham sido apoiadas na edição imediatamente anterior ao ano da candidatura.

[Consulte aqui o regulamento](#)



5ª Edição do Prémio Envelhecimento Ativo



Dr.ª Maria Raquel Ribeiro, 2016, na categoria “Família e Comunidade – até 30 de maio

Este prémio resulta de uma parceria entre a Associação Portuguesa de Psicogerontologia com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Fundação Montepio.

Mais informações em: [Regulamento do Prémio Dr.ª Maria Raquel Ribeiro](#) em <http://www.app.com.pt/category/premio-dra-maria-raquel-ribeiro>

5ª Edição do prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio - 2016



Candidaturas entre 1 e 30 de junho de 2016

Mais informações em: www.cases.pt

Candidaturas à 13.ª edição dos Prémios de Boas Práticas de Segurança e Saúde no Trabalho da campanha “Locais de trabalho seguros e saudáveis” 2016-2017



Pretende-se reconhecer as organizações que contribuem de forma excepcional e inovadora para a segurança e a saúde no trabalho, no contexto do envelhecimento da população ativa.

Mais informações sobre esta iniciativa da [Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho](#).

FORMAÇÃO



PO ISE - TO 3.01
Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade
Sta. Marta de Penaguão | Baião | Resende | Tabuaço | Chaves | Montalegre | Armamar | Vila Pouca de Aguiar

CURSOS:
Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade
Auxiliar de Serviços Gerais I
Auxiliar de Serviços Gerais II
DURAÇÃO: 2500HORA (ECVIA DE 2 ANOS) - Regime Letivo

DIREITOS

- Bolsa de Formação
- Subsídio de Alimentação
- Subsídio de Transporte
- Subsídio de Alojamento
- Subsídio de Acolhimento de Dependentes a Cargo

Inscrições / Informações
Telefone: 254 822 046
Email: a2000@a2000.pt

Co-financiado por:
PO ISE PORTUGAL 2020
UNião Europeia
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
ERDF

PO ISE - Tipologia de Operação 3.01 – Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade - INSCRIÇÕES ABERTAS -

Organização da: Associação 2000 de Apoio ao desenvolvimento, Sta. Marta de Penaguão

Esta formação profissional é financiada pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE – pela Tipologia da Operação 3.01- Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade.

Inscrições: **E-mail:** a2000@a2000.pt

INFORMAÇÕES / ATIVIDADES UDIPSS

Seminário sobre “As Alterações Legais e Fiscais nas IPSS’s” – UIPSS Coimbra



Dia: 28 de Abril

Local: Fundação Beatriz Santos, no auditório do edifício Domus Aeminium.

Organização: UIPSS-Coimbra em parceria com a F3M

Destinatários: O conteúdo da Sessão foi pensado com utilidade para Dirigentes, Técnicos Oficiais de Contas e Quadros Técnicos das nossas Instituições.

Inscrições: uipscoimbra@mail.telepac.p

INFORMAÇÕES / ATIVIDADES IPSS

POR RECOMENDAÇÃO DO INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL

ENGENHO DIVULGA MODELO E BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO E DE INOVAÇÃO

A ENGENHO, Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este, através do seu presidente, participou, por recomendação do Instituto da Segurança Social, como uma das associações de referência a nível nacional, no 1º Encontro das Autarquias e Setor Social, subordinado ao tema “Perspetivas Locais -Os Modelos de Gestão e de Inovação”, que decorreu no dia 15 de abril, no Auditório Municipal de Esposende.

A participação da ENGENHO enquadrou-se na sessão plenária “Boas práticas de gestão da qualidade nas respostas sociais” com o presidente da Instituição, para além de apresentar e contextualizar o projeto, a obra e as dinâmicas, bem como o contributo da ENGENHO a favor da coesão social das comunidades e do território que serve, a relevar a “importância e as virtudes” do sistema de gestão da qualidade. Neste contexto, Manuel de Augusto de Araújo sintetizou que a implementação do sistema de gestão da qualidade, “como processo aberto, dinâmico e participativo não só contribui para o aumento da eficácia e eficiência da gestão, concretização de resultados e processos de melhoria contínua, como também fortalece o espírito de cooperação, a identidade e o sentido de pertença dos colaboradores, utentes, familiares e comunidade à Associação”.

Aproveitando a presença de responsáveis do Instituto da Segurança Social, o dirigente da associação famalicense mais uma vez referiu a “necessidade de se proceder a uma revisão em alta dos valores das participações das diferentes respostas sociais e serviços por parte da Segurança Social” defendendo ainda uma “majoração ou diferenciação positiva” para associações que, como a ENGENHO, prestam serviços em “territórios de baixa densidade, empobrecidos, periféricos e em contextos geográficos e sócio económicos específicos” concluindo que “esta é a forma justa e equitativa de se assegurar a sustentabilidade das organizações da economia social, em geral, e muito particularmente das IPSS(s)”.



Deputado honorário



O Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança recebeu no dia 14 de abril o diploma de deputado honorário. Eleutério Alves, na qualidade de deputado à Assembleia Constituinte, foi homenageado no Palácio de Belém pelo presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues.

Eleutério Alves foi a única personalidade do distrito de Bragança a receber o título de deputado honorário. Esta distinção enobrece não só a região, mas especialmente a Misericórdia de Bragança, instituição que dirige há cerca de 17 anos.

Este é título está previsto desde sempre no artigo 29º do estatuto dos deputados. Segundo se lê na regulamentação, o título é “atribuído por deliberação do plenário, sob proposta fundamentada subscrita por um quarto dos deputados em exercício de funções, aos deputados que, por relevantes serviços prestados na defesa da instituição parlamentar, tenham contribuído decisivamente para a sua dignificação e prestígio”. Embora esteja previsto nos estatutos, este título nunca tinha sido atribuído.

No total foram 132 deputados constituintes que estiveram na cerimónia de homenagem que decorreu no âmbito dos 40 anos da Constituição.

Entre alguns nomes de deputados da Constituinte figuram nomes como Marcelo Rebelo de Sousa, Manuel Alegre, António Barbosa de Melo, Ângelo Correia, Jorge Miranda, Carlos Brito, Diogo Freitas do Amaral, Jerónimo de Sousa, Francisco Pinto Balsemão, Mário Soares, Mota Amaral, Jaime Gama ou Miranda Calha.

Caminhada Solidária – Mês de Prevenção Maus –Tratos na Infância

Dia: 29 de abril

Local: Praça Cavaleiro Ferreira- Bragança, pelas 10h00

Organização: Fundação Casa de Trabalho no âmbito da 6ª Geração do Programa Escolhas, projeto Pontes de Inclusão E6G a CPCJ e o Município de Bragança



I Seminário Envelhece Ativamente

Dia: 05 de maio

Local: Salão Multiusos, centro Comunitário do Bucage - Setúbal

Organização: LATI-Liga dos Amigos da Terceira Idade tem o apoio da Associação Portuguesa de Psicogerontologia-APP

Destinatários: técnicos, profissionais e estudantes da área, assim como cuidadores informais.

Inscrições limitadas – envelheceativamente@gmail.com



Conferência “Promoção da Educação para a Cidadania Global: Os 17 Novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU”

Dia: 06 de maio

Local: Biblioteca Municipal de Palmela das 14h – 18h

Organização: Fundação COI

Esta conferência será promovida no âmbito do projeto "Promoção da Educação para a Cidadania Global – ONU17", com o qual a Fundação COI venceu Prémio Redes para o Desenvolvimento



**Sessão de Esclarecimento Horizonte 2020 - Oportunidades nas Calls 2016/2017
e Aspetos Legais e Financeiros**

Dia: 6 de maio

Organização: o GPPQ - Gabinete de Promoção do Programa Quadro de IDT e a Cáritas Diocesana de Coimbra

Objetivo: Pretende abordar-se o Programa de Financiamento H2020 com especial enfoque nas oportunidades presentes nos temas da Saúde, Sociedades Inovadoras e Inclusivas, TIC e questões legais e financeiras, na ótica das entidades: do terceiro setor (ONG, IPSS, associações, etc.)

Participação é gratuita mas a inscrição é obrigatória [aqui](#)



Dia: 25 de maio

Local: Auditório do Conservatório de Música de Coimbra
Promovido: ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã

Somos FELIZES, por estarmos INCLUÍDOS?
Ou estamos INCLUÍDOS por sermos FELIZES?
É possível INCLUIR sem se ser FELIZ?
Por que se EXCLUEM algumas pessoas, em busca da FELICIDADE?
Qual a relação entre tudo isto?

Inscrições em <http://goo.gl/forms/ucRitJ1JRX>



Campanha de recolha de pilhas e baterias usadas

Uma parceria entre a Liga dos Amigos da Quinta do Conde e a Ecopilhas

Mais informações em: <http://www.laqqquintadoconde.org/>



Serviço de Catering por Pessoas com Deficiência

Projecto OPORTUNIDADES

A Associação Quinta das Pontes, Espinhal – Penela, encontra-se a desenvolver o Projecto Oportunidades, apoiado pela Sic Esperança e pelo LIDL.

O Projecto Oportunidades possibilita criar uma resposta integradora de um serviço de Catering para eventos públicos e privados através da integração de pessoas com deficiência e/ou doença mental, e/ou socialmente desfavorecidos. Iniciando assim aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais. Promotora de ocupação/formação e criação de posto de trabalho na área da cozinha e serviço de mesa.



Dia: 25 de maio

Local: Auditório do Conservatório de Música de Coimbra

Promovido: ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã

Somos FELIZES, por estarmos INCLUÍDOS?

Ou estamos INCLUÍDOS por sermos FELIZES?

É possível INCLUIR sem se ser FELIZ?

Por que se EXCLUEM algumas pessoas, em busca da FELICIDADE?

Qual a relação entre tudo isto?

Inscrições em <http://goo.gl/forms/ucRitJ1JRX>



INFORMAÇÕES DIVERSAS



**PORTUGAL
ECONOMIA
SOCIAL**

19 / 21 MAIO 2016
FIL - Feira Internacional de Lisboa

O Grande Evento em Portugal Dedicado a Instituições Sociais

De 19 a 21 de Maio a Fundação AIP organiza na Feira Internacional de Lisboa, o Portugal Economia Social – Encontro de Empreendedorismo e Inovação Social.

Constituído por uma Mostra e um Fórum de Debate que tem como objectivo promover, dinamizar e qualificar o sector da economia social como resposta para novos problemas sociais e adequação de serviços às necessidades em prol do desenvolvimento económico e social do país, o Portugal Economia Social tem o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da Republica, o apoio institucional do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a parceria de todas as entidades de cúpula que tutelam e agregam as várias instituições sociais, com destaque para a CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

Porque queremos proporcionar a participação de todas as instituições, a Fundação AIP criou um pacote especial para estas entidades no valor de 250€ + Iva que inclui espaço e stand (9m2) com 1 mesa e 2 cadeiras, energia, alcatifa, projectores, convites e inserção no catálogo. Sem custos adicionais os técnicos e dirigentes das instituições podem participar em todas as sessões do Fórum de Debate, beneficiar de uma área comum para, em horários a estabelecer, fazer apresentações ou demonstrações e ainda comunicar nos nossos meios (newsletters para 160.000 contactos, site e Facebook) o que acharem conveniente

Tendo em conta a missão de cada uma das Vossas organizações junto da sociedade civil, no apoio às diferentes comunidades e a necessidade de tornar não só eficiente como mais sustentável a Vossa actividade, a presença neste evento proporciona-lhe uma network indispensável quer na área do financiamento, quer da formação e capacitação quer mesmo na gestão. Paralelamente podem mostrar as Vossas valências quer a parceiros quer ao publico em geral.

Saiba mais sobre o programa do Fórum em
<http://www.portuqaleconomiasocial.fil.pt/programa/>

Para mais informações contacte Paula Manarte – paula.manarte@aip.pt - telefone 218 921 532

Participe porque o Vosso trabalho deve ser dado a conhecer!

Lino Maia